

Igreja, Comunidades e Ministérios

Depois de quase quarenta anos de percurso partilhado (7 congressos internacionais, 7 latino-americanos e muitos outros nacionais), o *Movimento Internacional de Presbíteros Casados*, na sua actual estruturação, como *Federação Latino-americana e Federação Europeia*, após ter-se reunido em Congresso em Guadarrama (Madrid, Espanha), sob o tema "**Presbíteros em Comunidades Adultas**", decidiu tornar público este comunicado.

A todo o povo de Deus.

Acabámos de celebrar o 50º aniversário do encerramento do *Concílio Vaticano II*. As esperanças e os compromissos que aquele acontecimento histórico despertou, incentivam-nos a oferecer, uma vez mais, a nossa experiência e a nossa reflexão, como movimento eclesial e como membros da Comunidade universal dos crentes em Jesus de Nazaré.

Na nossa origem está a reivindicação de um celibato opcional para os presbíteros da Igreja Católica do Ocidente: liberdade que deveria ser reconhecida e respeitada não só por ser um direito humano, mas também porque a opção (e não a imposição) é mais fiel à mensagem libertadora de Jesus e à prática milenar das igrejas. Esta posição também está mais intimamente relacionada com o direito das comunidades a estarem providas de servidores dedicados ao seu cuidado, que hoje está insuficientemente satisfeito.

Mas o caminho que, em grupo, temos vindo a fazer, ampliou essa perspectiva inicial — focada na questão do celibato — para aspirar e avançar para **um modelo de presbítero, não clerical, e um tipo de igreja não ferreamente alicerçada num presbítero exclusivamente masculino, celibatário e clérigo.**

Durante todos estes anos, os que hoje fazemos este comunicado, temos estado integrados e comprometidos, com simplicidade e fidelidade, em muitos grupos comunitários. Sempre procuramos dar sentido cristão às nossas vidas e ajudar a quantos connosco se cruzam, a descobrirem a sua dignidade como seres humanos e como filhos do nosso Pai-Mãe Deus.

A partir desses compromissos, atrevemo-nos a dizer:

1º.- Estamos convencidos — e nisto coincidimos com outras comunidades e movimentos de igreja, paroquiais e não paroquiais — que o modelo de cristianismo maioritariamente dominante está desfasado. Mais: este cristianismo, em vez de ajudar à concretização do Reino de Deus e da sua justiça, é frequentemente obstáculo à vivência dos valores evangélicos. **Urge um novo tipo de igreja e de comunidades** para poder apresentar algo válido, face aos desafios que o ser humano tem hoje pela frente.

2º.- **O eixo** deste novo modelo de igreja **deve ser a comunidade: a vida comunitária dos crentes em Jesus**. Sem esses grupos que partilham a sua vida e a fé, que procuram

descobrir o Reino de Deus e vivê-lo, não há igreja. E não podemos ignorar que as actuais estruturas paroquiais são, em grande percentagem, mais administradoras de serviços religiosos e culturais do que comunidades vivas.

3º.- Para a renovação da Igreja e das comunidades de crentes em direcção a um modelo activamente comunitário de assembleia do Povo de Deus **é necessária uma mudança estrutural. Não são suficientes os meros esforços pessoais!** Há uma inércia de séculos: Estado do Vaticano, cúrias, leis, tradições... que actuam como um peso morto e travam ou desvirtuam qualquer reforma progressiva.

4º.- O nosso percurso tem-nos feito experimentar e compreender que o motor dessa transformação se encontra no interior dessas mesmas comunidades. **Somente as comunidades adultas, e amadurecidas, podem levar a cabo essa transformação estrutural, necessária e urgente.** A estrutura actual — preferentemente centrada na paróquia e no culto — tende a perpetuar o imobilismo e a adoptar apenas mudanças de superfície, isto é, na forma, no exterior, mas sem uma reflexão e um aprofundamento sérios e consequentes.

5º.- Também compreendemos e temos experimentado que **os presbíteros** — célibes ou não: esta não é a questão principal — **não podem continuar a centrar tudo nas suas pessoas e pretender assumir todas as tarefas e responsabilidades.** A sua própria identidade e a qualidade do seu serviço impõem uma evolução para uma maior participação e para um pluralismo de modelos em função e em correlação vital com as comunidades concretas.

6º.- Essas **comunidades adultas já existem.** Por vezes são ignoradas ou perseguidas, mas é necessário incentivá-las. São pequenos grupos, de reduzidas dimensões. Os seus membros conhecem-se, partilham, vivem a igualdade, a corresponsabilidade e a fraternidade. **Temos de continuar a lutar por esse estilo de comunidades,** perfeitamente aceitáveis dentro da pluralidade de modelos eclesiais.

7º.- Essa maturidade e maioridade permite-lhes adaptarem-se às exigências culturais do nosso mundo em transformação rápida e constante. Assim, vivem e formulam a fé de forma e em linguagem compreensível. Organizam-se segundo as suas necessidades. Essas comunidades são livres e vivem a **liberdade** dos filhos e filhas de Deus. Não vivem presas ao passado. A sua referência não é a obediência cega, mas a **criatividade** a partir da fé. E, assim, podem ser melhor compreendidas nas nossas sociedades.

8º.- Deste ponto de vista, resulta cada vez mais **contraditória e injusta a situação das mulheres.** Estão maioritariamente presentes na vida eclesial, mas são afastadas tradicionalmente das tarefas de estudo, de responsabilidade e governo. Não há nenhum fundamento para manter esta discriminação, que além disso supõe uma perda de potencial humano insubstituível. Pode ainda esperar-se razoavelmente que a sua presença tornará as estruturas de animação e de governo melhores, mais justas e mais equilibradas.

9º.- E, finalmente, é preciso reconhecer a estas comunidades o direito a **escolher e distribuir cargos, responsabilidades, serviços e ministérios às pessoas que**

considerem mais preparadas e adequadas para cada tarefa, sem distinção de sexo nem de estado. E, desta forma, possam chegar a ser comunidades abertas, inclusivas, a partir da pluralidade e do mútuo respeito.

Temos encontrado e participado em comunidades deste tipo. Não são uma quimera, mas uma realidade apesar das suas deficiências e dificuldades. E estamos decididos: continuaremos a lutar para que cada dia sejam mais numerosas e autênticas.

Este caminho não é simples. Temos consciência de que os compromissos que assumimos podem causar problemas. Por vezes acercámo-nos da ilegalidade, embora não por capricho ou arbitrariedade. Sabemos, por experiência, que a vida vai muito além do normativo legal e que o Espírito não está sujeito a leis.

Os desafios actuais exigem-nos abrir caminhos de diálogo e de encontro. Nestes domínios, tão necessitados de mudança, havemos de ser criativos. Assumirmos o protagonismo das comunidades. Dessa maneira, damos corpo àquelas intuições e declarações do Vaticano II: vida fraterna, solidária, ecuménica, comprometida com a paz e a justiça com todos os homens e mulheres de boa vontade... Estes ideais que tanta expectativa despertaram, e que foram também acantonados como perigosos! Porém, hoje, com a chegada do papa Francisco, retomaram actualidade e recuperaram a sua cidadania na nossa Igreja.

Convidamos todos os crentes em Jesus a serem valentes e a embrenharem-se nestes caminhos de criatividade, maturidade e liberdade, para tornar cada dia mais real o Evangelho da misericórdia e da responsabilidade, diante de todos os seres humanos e diante da nossa Mãe Terra.

6 de janeiro de 2016.